



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DAS PESCAS
INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO
REPARTIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

RELATÓRIO DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS – 2005 - 2009

O Instituto Nacional de Inspeção do Pescado (INIP), foi criado em 2005, através do Decreto n.º 18/2005, de 24 de Junho, com as seguintes atribuições:

- licenciamento dos estabelecimentos e embarcações de manuseamento e processamento e de meios de transporte dos produtos da pesca e subprodutos;
- certificação dos produtos da pesca destinados à exportação, à circulação interna, assim como dos importados; e
- realização de análises laboratoriais dos produtos da pesca.

Outrora, atribuições do Departamento de Inspeção do Pescado do Ministério das Pescas.

Nos termos do art. 5 do decreto os recursos humanos, materiais e financeiros afectos ao Departamento de Inspeção do Pescado do Ministério das Pescas transitavam para o Instituto Nacional de Inspeção do Pescado. É assim que o INIP herdou os funcionários até então afectos ao Departamento de Inspeção do Pescado do Ministério das Pescas (DIP-MP) e Departamentos de Inspeção do Pescado das Direcções Provinciais das Pescas (DIP-DPP).

Em termos de recursos humanos, aquando da sua criação o INIP contava no seu quadro com 55 funcionários distribuídos pela Sede e Departamentos Provinciais de Inspeção – embriões das futuras Delegações Provinciais do INIP. Deste universo 27 (49%) estavam afectos à sede.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO INIP (2005-2009)

Com vista a criar condições para o funcionamento da nova instituição, foi aprovado o quadro de pessoal e iniciado o processo de admissão de pessoal. Assim, ainda no ano 2005, foram admitidos via contratos 8 novos funcionários e em Dezembro do mesmo ano lançado o concurso para o provimento de vagas nas áreas técnicas (Inspeção e Laboratório) e administrativas (recursos humanos, administração e finanças e serviços de apoio).

Resultado deste processo foram integrados 54 novos funcionários e regularizada a situação de 14 funcionários que estavam em regime de contrato.

Ainda no âmbito de admissão de pessoal, em 2007, foi lançado novo concurso, visando essencialmente admitir funcionários para a área técnica (inspecção/laboratório).

Actualmente o INIP conta com 133 funcionários, sendo que 80 são do sexo masculino e 53 do sexo feminino.

Deste universo 47 funcionários possuem o nível superior, entre bacharéis, licenciados, mestrados e doutorados), 48 de nível médio profissional ou geral, 16 o nível básico e 22 o nível primário.

Dos 133 funcionários 95 estão sob gestão directa do INIP e os restantes 38 estão integrados nos quadros provinciais.

Por áreas de trabalho, os 133 funcionários do INIP distribuem-se da seguinte forma: 49 funcionários integrados na inspecção (licenciamento e certificação, o que corresponde 36,84 % do efectivo; 25 nos laboratórios, correspondente a 18,79 %, 33 na administração e recursos humanos, correspondente a 24,81 % e 26 na área de apoio, correspondente 19,54 %. De um modo geral, pode-se afirmar que 55,64 % dos funcionários são das áreas técnicas (inspecção e laboratório) e 44,36 % da administração e apoio. O que é consideramos ser um bom sinal para a vida da instituição.

O crescimento do INIP em termos de recursos humanos reflecte-se positivamente na prestação de serviços se se considerar que, por exemplo, em Sofala, em 2004 um inspector estava para 50,5 unidades produtivas e em 2009, um inspector está para 15,5 unidades produtivas. Em Maputo, em 2004, um inspector estava para 22,3 unidades produtivas e em 2009 para 8,6 unidades produtivas.

O INIP está representado praticamente em todo o país, através das Delegações Provinciais (Maputo, Inhambane, Sofala, Zambézia, Tete, Nampula e Cabo Delgado) ou outras formas de representação (Gaza, Manica e Niassa). Até ao momento foram operacionalizadas cinco Delegações (Maputo, Sofala, Zambézia, Tete e Nampula).

Quanto ao Pessoal as representações do INIP apresentam-se de seguinte maneira: 38 funcionários no INIP-Sede, 28 na Delegação de Maputo, 23 na Delegação de Sofala, 18 na Delegação da Zambézia, 9 na Delegação de Nampula, 6 na Delegação de Tete, 7 no DIP de Inhambane, 2 no DIP de Cabo Delgado, 1 em Manica e 1 em Niassa.

Pela distribuição concluí-se que 71,42 % do efectivo do INIP está colocado nas Delegações e 29,58% na Sede.

FORMAÇÃO

No período em referência nove funcionários do INIP beneficiam de bolsas de estudo para a formação em diversas áreas, sendo cinco na Sede, um na Delegação de Tete, um na Delegação de Inhambane, um na Delegação de Sofala e um na Delegação da Zambézia. Para além dos nove que beneficiam de bolsa de estudo, cerca de 15 funcionários frequentam vários cursos desde o nível básico até ao superior.

Vários cursos de formação profissional foram realizados, visando sobretudo elevar a capacidade dos técnicos na realização de suas funções.

PROMOÇÕES, PROGRESSÕES E MUDANÇAS DE CARREIRA

No período em referência foram realizadas 18 promoções dos técnicos, correspondente a um cumprimento de 100% do previsto; 7 progressões das 10 planificadas; 16 mudanças das 12 previstas.

PROCEDIMENTOS DISCIPLINAR

No âmbito do poder disciplinar, no período em análise, foram instaurados 7 processos disciplinares por várias infracções. Assim, foram instaurados 2 processos por cobranças ilícitas, 3 por falta de assiduidade e 2 processos por desvio de fundos do Estado. Destes, 1 culminou com a aplicação da pena de expulsão (cobrança ilícitas), 2 com a pena de demissão (falta de assiduidade), 1 com a pena de despromoção (falta de assiduidade) e 3 estão em curso (2 por desvio de fundos e 1 por cobranças ilícitas).

CONSTRANGIMENTOS

No período em apreciação vários foram os constrangimentos que a actividade do INIP no âmbito de recursos humanos conheceu sendo de destacar:

- O exíguo orçamento para a componente salarial, o que dificultou sobremaneira as admissões, promoções, progressões e mudanças de carreira.
- Atraso na aprovação do Estatuto-Tipo das Delegações e respectivo quadro de pessoal, para permitir a organização das Delegações com a nomeação das respectivas chefias.
- Atraso na aprovação do regulamento interno do INIP o que dificultou a reestruturação a nível central.